

Quando o empírico contradiz a teoria: breve estudo sobre a operacionalização do conceito de neoextrativismo

Guilherme Magon Whitacker

da Universidade Estadual Paulista - São Paulo - SP Brasil.
gwhitacker@gmail.com

Guilherme dos Santos Claudino

da Universidade Estadual Paulista - São Paulo - SP Brasil.
guilhermeclaudinogeo@gmail.com

Resumo: Para compreender a questão agrária na atualidade consideramos necessário o uso adequado de determinados conceitos e categorias analíticas. Nesse aspecto, problematizamos a reprodução do conceito de neoextrativismo proposto por Eduardo Gudynas na Geografia brasileira. O neoextrativismo promove profundos impactos territoriais, daí a necessidade do estudo que objetiva contemplar a materialidade da reprodução do mesmo visando sua operacionalização geográfica. Para isso, a metodologia efetuada contou com a pesquisa empírica realizada em Moçambique em confronto com teses e dissertações geográficas que fazem uso do conceito em pauta relacionando-o com categorias analíticas geográficas. O estudo aqui apresentado resultou na confirmação da reprodução conceitual e em uma aproximação de sua operacionalização no campo da pesquisa em Geografia.

Palavras-chave: Geografia. Neoextrativismo. questão agrária. Operacionalização

Introdução

Minerais sedimentados no tempo profundo dos processos geológicos dominam imaginários mitológicos e geram conflitos com ressonâncias contemporâneas. Extraídos na forma de matérias-primas e transformados em recursos naturais, distintos minerais, desde a acumulação primitiva, alçam o nível de mercadorias com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Essa transmutação se tornou tão forte que se autonomizou e aderiu “[...] coisas que, em si e para si, não são mercadorias [...] que podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria” (MARX, 2013, p. 91), assim, “[...] os objetos tomam o lugar das coisas. No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos” (SANTOS, 2009, p. 41).

Nesse processo, minerais tornaram-se elementos essenciais na produção de objetos técnicos que compõem as infraestruturas, os meios de transporte e telecomunicações, possibilitando a criação de fixos e fluxos territoriais que permitem a circulação de capitais.

Assim, como em toda relação capitalista, ocorrem disputas de poder sobre formas de uso de territórios na atividade mineradora que, a partir do sociólogo uruguaio Eduardo Gudynas (2009), passou a ser denominada neoextrativismo. E essa, de diferentes modos, vem intensificando processos, como a questão agrária e a acumulação por espoliação (HARVEY, 2012). Esse fato permite múltiplas formas de compreender e analisar tais processos, pois esses assumem novas características diante das fases do modo de produção capitalista e das diferentes formas de materialização nos territórios.

Foi a partir da realização da pesquisa empírica em Moçambique sobre os impactos socioterritoriais do megaprojeto neoextrativista da Vale S.A., ao nos depararmos com a paisagem do território neoextrativista, que passamos a propor uma reflexão sobre o conceito. Até aquele momento, o conhecimento que tínhamos era uma representação idealizada do real externa à Geografia; não havíamos formulado uma maneira de pensar geograficamente o neoextrativismo. Estagnados na reprodução conceitual apresentada por diferentes autores externos à Geografia, possuíamos um pensamento reprodutor e, desse modo, consideramos que pensar o conceito de neoextrativismo supõe a observação empírica e pressupõe a ação cognoscitiva.

Nesse contexto, a questão, que motivou o presente estudo não está focado no neoextrativismo em si, mas na reprodução desse conceito na Geografia, tendo como principal referência a definição proposta por Eduardo Gudynas. Portanto, buscamos, objetivamente, contemplar a reprodução, a produção e a operacionalização pela tríade dialética – tese, antítese e síntese – desse conceito a partir de um caso específico, objeto de estudo durante a realização do pós-doutorado: o megaprojeto neoextrativista da Vale S.A. em Moatize, Moçambique.

Os procedimentos metodológicos utilizados partiram da realização da pesquisa empírica em Moatize¹ e posterior reflexão sobre o confronto entre o pensamento pensado e o pensamento pensante. A partir desse exercício reflexivo, dedicamo-nos à leitura de teses e dissertações geográficas que reproduzem o conceito proposto a análise. Essa opção metodológica decorre de alguns fatos: o reduzido número de estudos apresentados em eventos nacionais e internacionais e publicações específicas sobre o uso geográfico desse conceito, além de reconhecermos as teses e dissertações como um produto melhor elaborado no que tange a produção de conhecimento geográfico e pelo seu alcance acadêmico, além do fato de não encontrarmos na literatura geográfica produtos específicos sobre o tema. Posteriormente, dedicamo-nos à literatura que abrange a produção e finalidade de conceitos. Isso foi uma

¹ Tais procedimentos foram realizados por meio de entrevistas com moradores desterritorializados pela Vale S.A. no distrito de Moatize e poderão ser consultadas, em detalhe, no Dossiê Moçambique, no prelo, organizado pela revista Entre-Lugar, do Programa de Pós-Graduação da UFGD.

necessidade com a qual tivemos que nos deparar e que fundamenta a possibilidade de estudos visando a operacionalização de conceitos. Foi, portanto, do reconhecimento da reprodução do pensamento pensado a novas formas de pensar que estruturamos, em termos metodológicos, o presente estudo.

Sendo assim, iniciamos pela materialidade dos fatos, averiguando como o conceito de neoextrativismo vem sendo reproduzido em teses e dissertações em Geografia no Brasil. Em seguida, passamos a um campo movediço, apresentar o que é um conceito na perspectiva materialista histórica e dialética e pensar sobre como o conceito de neoextrativismo foi produzido. Isso é necessário para verificarmos sua capacidade explicativa da realidade, pois o que nos importa não é produzir uma nova definição. Consideramos esse conceito fechado em si mesmo, isto é, não há necessidade de definir o ato de se extrair algo da natureza, o que diferencia essa atividade econômica primitiva da atual não é o quê se produz, mas como se produz, isso é o que nos permite compreender geograficamente o que ele possui de novo – *neo*. Tal explicação surge de sua operacionalização, que será realizada na terceira parte deste estudo por meio da conjugação do conceito com categorias analíticas geográficas – paisagem, escala, fronteira e território –, pois as mesmas permitem estabelecer uma relação com o contexto apresentado nesta introdução. Logo, apresentamos a condição espacial do neoextrativismo.

A reprodução do conceito de neoextrativismo

Todo pesquisador que se dedica à Geografia se encontra, em determinado momento, imerso entre o conhecimento geográfico e a ação de pensar esse conhecimento que se materializa em dissertações e teses que, dentro de um conjunto maior, se somam à produção geográfica.

Refletir sobre o conhecimento e o pensamento de um modo geral, como vimos realizando até aqui, nos permitiu compreender quão rarefeita são as definições desses termos. De um modo ou de outro, é praticamente um consenso entre os acadêmicos que os sujeitos conhecem e pensam sobre si mesmos e sobre o mundo enquanto faculdades do existir. O conhecer e o pensar, então, independentemente do mar das incertezas de suas conceituações, são efetivamente fatos. Desse modo, como em outros domínios do saber, a Geografia também contribui e, sem nenhuma dúvida, ocupa um espaço no rol das interpretações dessas duas faculdades. Essa ocupação, no entanto, não é apenas passiva, assumindo o papel de produtora de conhecimento e pensamento, no caso, o geográfico (CLAUDINO, 2019, p. 96).

Até o momento de realização da pesquisa empírica², o conhecimento que tínhamos

² Pesquisa realizada por Guilherme Magon Whitacker entre os meses de agosto e setembro de 2018.

sobre o neoextrativismo era uma representação idealizada do real externa à Geografia; não havíamos formulado um conhecimento geográfico propriamente dito. Nossa maneira de pensar sobre o neoextrativismo encontrava-se situada nas formulações conceituais apresentadas por diferentes autores externos à Geografia, ou seja, possuíamos uma maneira de pensar reprodutora. Quando fomos a Moçambique realizar a pesquisa sobre o megaprojeto neoextrativista da Vale S.A. no distrito de Moatize, província de Tete, o que tínhamos em mente era, basicamente, as *teses* desenvolvidas por Eduardo Gudynas e *reproduzidas* na Geografia. Todavia, ao nos depararmos com a realidade da paisagem que constitui o território do neoextrativismo, passamos a problematizar a mesma com a colaboração da interpretação geográfica.

Ao que temos conhecimento, foi Eduardo Gudynas quem, em 2009, cunhou tal palavra e sua conceituação. Isso ocorreu integrado em um movimento de renovação da chamada política progressista latino-americana, quando governos passaram a outorgar concessões de exploração mineral a multinacionais em vários países. Ademais, esse período se situou no contexto do que ficou conhecido como *boom das commodities* (WANDERLEY, 2017) e que, Maristela Svampa (2009), denominou de consenso das *commodities*. De seus estudos, Eduardo Gudynas publicou o que chamou de 10 *teses* sobre o neoextrativismo, conceituando o termo a partir delas. Reproduzimos suas teses, a seguir.

1. Persiste la importancia de los sectores extractivistas como un pilar relevante de los estilos de desarrollo; 2. El progresismo sudamericano genera un extractivismo de nuevo tipo, tanto por algunos de sus componentes como por la combinación de viejos y nuevos atributos; 3. Se observa una mayor presencia y un papel más activo del Estado, con acciones tanto directas como indirectas; 4. El neo-extractivismo sirve a una inserción internacional subordinada y funcional a la globalización comercial y financiera; 5. Sigue avanzando una fragmentación territorial, con áreas relegadas y enclaves extractivos asociados a los mercados globales; 6. Más allá de la propiedad de los recursos, se reproducen reglas y funcionamiento de los procesos productivos volcados a la competitividad, eficiencia, maximización de la renta y externalización de impactos; 7. Se mantienen, y en algunos casos se han agravado, los impactos sociales y ambientales de los sectores extractivos; 8. El Estado capta (o intenta captar) una mayor proporción del excedente generado por los sectores extractivos, y parte de esos recursos financian programas sociales, con lo que se ganan nuevas fuentes de legitimación social; 9. Se revierten algunas contradicciones sobre el extractivismo, y se lo pasa a concebir como indispensable para combatir la pobreza y promover el desarrollo; 10 El neo-extractivismo es parte de una versión contemporánea del desarrollismo propia de América del Sur, donde se mantiene el mito del progreso bajo una nueva hibridación cultural y política (GUDYNAS, 2009, p. 165).

Passamos, então, à ação de pensar o conceito de neoextrativismo e essa ação supõe a observação empírica e pressupõe a ação cognoscitiva. A ação que vincula o externo e o interno, o singular e o geral, revelou nexos e foi transformadora. Isso ocorreu quando o conhecimento teórico teve contato com o empírico e revelou a intencionalidade de produzir um saber

geográfico. Uma finalidade do pensamento teórico é a de que o concreto, como real unidade do diverso, seja reproduzido no pensamento como concreto pensado. Essa reprodução teórica se efetua pelo método no sentido científico: a ascensão do abstrato ao concreto, da teoria ao empírico e o retorno à mesma.

O estudo das representações sobre partes da totalidade não deve ser realizado por meio de uma simples ideia, ou aproximação idealista à verdade, uma vez que sua gênese encontra-se na relação teórica e empírica que o pesquisador mantém com os objetos, as ações e os eventos que compõem a totalidade do objeto de estudo. Isso reflete o pensamento pensante, processo cognitivo que pode ser realizado com o auxílio da linguagem organizada em um contexto que permita que o objeto seja estudado a partir, por exemplo, de conceitos.

A ideia não é uma invenção pura e simples de nosso pensamento, uma especulação sem mais nem menos de nosso intelecto. A ideia é o que resulta da nossa relação intelectual com a realidade sensível, o real sensível traduzido como construção do intelecto através do conceito. Daí dizermos que é uma representação (MOREIRA, 2007, p. 106).

Sendo assim, na busca de estudos geográficos que fizeram uso, especificamente, do conceito de neoeextrativismo³, realizamos pesquisa nos seguintes repositórios nacionais de teses e dissertações⁴: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). De maneira mais concisa, pesquisamos nos repositórios dos programas de pós-graduação com conceito 7 em Geografia: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” de Presidente Prudente – SP e o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ⁵. Buscando ampliar a pesquisa em programas de pós-graduação em Geografia, por critério de seleção, tendo como base a localização geográfica em territórios de mineração, incluímos o Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais, o Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Pará. Por critério de relações institucionais, incluímos o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista, Instituto de Políticas Públicas e Relações Institucionais. O

³ Não elencamos aqui os que fazem uso dos termos mineração ou extrativismo, devido aos objetivos desse estudo.

⁴ Não é nossa intenção negar ou diminuir, em nenhuma hipótese, os estudos aqui apresentados, o que realizamos foi a interpretação da maneira como o conceito de neoeextrativismo foi utilizado. Até porque, foi a partir desses estudos que elencamos os conceitos que utilizaremos para a operacionalização, conforme demonstraremos.

⁵ Não encontramos resultados para a palavra neoeextrativismo nos bancos de teses e dissertações consultados no programa de pós-graduação em Geografia dessa universidade.

recorte temporal estabelecido foi a partir dos anos 2000, quando ocorreu o boom das commodities, até 2019. O resultado está exposto no Quadro 1.

Quadro 1: Teses e dissertações que utilizam o conceito neoextrativismo

Nº	Autor	Orientador	Título	Nível	Ano	Instituição
1	Andréa Francine Batista	Eduardo Paulon Girardi	Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul	Ms.	2013	UNESP / FCT
2	Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves	Marcelo Rodrigues Mendonça	No horizonte, a exaustão: disputa pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás	Dr.	2016	UFG
3	Suana Medeiros Silva	Cláudio Ubiratan Gonçalves	Território pesqueiro de uso comum: Conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú- Goiana/PB-PE	Dr.	2017	UFPE / BDTD
4	Nathalia Avila Escobar	Jorge Montenegro Gómez	La Naturaleza vida se cuida y se defiende: conflictos por neoextractivismo en el oriente del departamento de antioquia – Colombia	Ms.	2017	UFPR / CAPES
5	Vanito Viriato Frei	Eguimar Felício Chaveiro	No país do mano muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula.	Dr.	2017	UFG
6	Iara Vanessa Fraga de Santana	Carlos Alberto Feliciano	Geografia da resistência: a atuação das mulheres na construção da territorialidade camponesa no Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, frente ao projeto de mineração de urânio e fosfato, em Santa Quitéria (CE)	Ms.	2017	UNESP / TerritoriAL
7	Lucas Magno	Leila Christina Duarte Dias	Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias	Dr.	2017	UFSC / CAPES
8	José Ricardo de Oliveira Cassundé	Bernardo Mançano Fernandes	Territorialização e Resistência de “Camponeses Irrigantes” na Chapada do Apodi - Ceará	Ms.	2018	UNESP / TerritoriAL
9	Cláudia Yolima Devia Acosta	Eliseu Savério Sposito	Urbanización, red urbana y extractivismo. Una visión del caso de villavicencio (Meta, Colombia)	Dr.	2018	UNESP / FCT
10	Eduardo Jaime Bata	Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira	Entre estatais e transnacionais, "quantos ais": efeitos espaciais dos Megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique	Dr.	2018	UFG
11	Felipe Pimentel Palha	Klemens Augustinus Laschewski	Campo e rural idílicos como falácia: minério-dependência, incompletude urbana e injustiça ambiental-hídrica em Brumadinho	Dr.	2019	UFMG
12	Lorena Izá Pereira	Bernardo Mançano Fernandes	A tríplice aliança continua sendo um grande êxito: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)	Dr.	2019	UNESP / FCT
13	Gilberto Vieira dos Santos	Antonio Thomaz Junior	Conflitos territoriais no Brasil e o movimento indígena contemporâneo	Ms.	2019	UNESP / TerritoriAL
14	Lucas Zenha Antonino	Guiomar Inez Germani	Territórios extrativo-mineral na Bahia: violações de direitos e conflitos nos territórios terra-abrigo	Dr.	2019	UFBA / CAPES

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Repositório Athena (UNESP / PP); Repositório UNESP; Repositórios Pantheon e Minerva (UFRJ); Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais; Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Pará, 2020

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2020

A primeira observação é sobre o reduzido número de estudos que sublinham o conceito de neoextrativismo em seus temas, objetos e objetivos. Contudo, esse não é um fato que podemos classificar como desanimador para o estudo; pelo contrário, acreditamos que esse

seja um tema emergente, pois, com o avanço desse setor, essa atividade se intensifica e futuros estudos sobre o neoeextrativismo podem, de alguma forma, fazer uso de nosso esforço. Outra observação a partir desta pesquisa é que os estudos *reproduzem* o conceito de neoeextrativismo a partir de autores externos, mas não se dedicam a estudá-lo, mesmo porque não encontramos em seus objetivos tais propostas. Entretanto, consideramos esse fato importante quando se considera o percurso do pensamento geográfico como um processo constante que se materializa na forma de teses e dissertações. “Há, em termos precisos, um saber geográfico cristalizado em dissertações e teses” (CLAUDINO, 2019, p. 145).

A reprodução de conceitos de outras áreas, sem um detalhamento dos mesmos, pode conduzir à inércia do processo que conduz ao saber geográfico. As principais referências, citações e interpretações conceituais das teses e dissertações pesquisadas nesse estudo estão representadas no quadro 2.

Quadro 2: Referências, citações, interpretações conceituais e/ou comentários

Nº	Principais referências	Citação, interpretação conceitual e/ou comentário
1	Eduardo Gudynas	“[...] o extrativismo contemporâneo, ou neoeextrativismo progressista é um dos pilares estratégicos de projetos desenvolvimentistas e de combate à pobreza sob a gestão destes governos acima mencionados. Para Gudynas, esta contradição neoeextrativismo - governos progressistas, mesmo que esteja nos marcos de um Estado mais ativo e com regras mais claras “(independientes si estas sean buenas o no)”, em muitos casos estes programas de combate à pobreza acabam possibilitando uma pacificação dos protestos sociais. (GUDYNAS, 2009, p. 79), assim como, incentivam a exploração de sectores como a mineração, petróleo e monocultivos para exportação”. (BATISTA, 2011, p. 62).
2	Eduardo Gudynas; Bruno Milanez; Rodrigo Santos	“Para Milanez; Santos (2013, p. 119), com base em Gudynas (2009) “o neoeextrativismo é definido como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho. O fenômeno vem sendo associado a diferentes tensões, sejam ligadas ao baixo crescimento econômico de longo prazo, sejam associadas a impactos sociais e ambientais diversificados”. (GONÇALVES, 2016, p. 160)
3	Maristela Svampa	“[...] o termo extrativismo vem sendo utilizado para definir um modelo de produção violento, expropriador, destruidor da natureza, violador de direitos humanos. Ao retomar as ideias supracitadas em outro texto publicado no ano seguinte, Svampa (2013) denomina em alguns momentos do texto, esse extrativismo de neoeextrativismo, mantendo porém, na maioria das vezes, apenas o termo extrativismo”. (SILVA, 2017, p. 128).
4	Maristela Svampa	“[...] llamamos de neoeextractivismo a los grandes emprendimientos mineros que se tienen planeados y que se efectúan en el Oriente de Antioquia y también a las grandes y pequeñas centrales hidroeléctricas que se construyeron, se están construyendo o se tienen planeado construir en este territorio (ESCOBAR, 2017, p. 99)
5	Sem referências	Sem citação, interpretação e / ou comentários
6	Bruno Milanez; Rodrigo Santos	“Esse processo de desindustrialização, quando a indústria perde espaço para a exploração de matérias primas, é considerado negativo pra a economia, pois aumenta a dependência pela exportação destes produtos básicos. Portanto, esses autores afirmam o “neoeextrativismo, caracterizado pela exploração intensiva das matérias-primas direcionadas para o mercado externo” (MILANEZ, 2013; SANTOS, 2013).” (SANTANA, 2017, p. 43).
7	Bruno Milanez	Sem citação, interpretação e / ou comentários
8	Maristela Svampa	“Também podemos chamar, considerando a modernização das formas de exploração como nos apresenta (SVAMPA, 2015) de neoeextrativismo, trazendo presente as diversas formas de apropriação para fins de exportação onde tudo é visto como commodities. As corporações, no âmbito do neoeextrativismo, tendem a concentrar as exportações dos diversos produtos primários, principalmente com investimentos de capital estrangeiro.” (CASUNDÉ, 2018, p. 629).
9	Eduardo Gudynas	“Gudynas denomina este modelo “neoeextractivista” y lo distingue por profundizar la extracción minera y petrolera incluso integrando nuevos recursos y áreas de producción, como forma de producción se extiende a otros bienes, como monocultivos de exportación para la producción de commodities (GUDYNAS, 2012), asociada al modelo del agronegocio y al desarrollo de actividades de exploración minero-energética, en respuesta a un modelo de división internacional del trabajo” (ACOSTA, 2018, p. 94).
10	Eduardo Gudynas	“[...] o modelo de desenvolvimento econômico fundado na exportação de produtos primários, além de excludente, concentracionista e expropriador ele configura o que Gudynas (2011) denomina de neoeextrativismo.” (BATA, 2018, p. 1389).
11	Eduardo Gudynas;	“A opção feita pelos governantes do país em reposicionar o Brasil na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias primas tem sido interpretada como sendo a fase do neoeextrativismo (GUDYNAS, 2009). Como apontei no primeiro capítulo, em consonância como Santos (2013) e Milanez; Santos (2013), em

	Bruno Milanez; Rodrigo Santos	detrimento da diversificação das atividades econômicas no país, foi incentivada a produção de commodities agrícolas e minerais. A noção do neoextrativismo deve ser encarada como uma etapa da reprodução expandida do modo de produção capitalista". (PALHA, 2019, p. 22)
12	Eduardo Gudynas; Alberto Acosta	"Entendemos o extrativismo com base em Acosta (2016, p. 49-50): "é uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos (...) esse extrativismo assumiu diversas roupagens ao longo do tempo, forjou-se na exploração de matérias-primas indispensáveis para o bem-estar do Norte global". Segundo Gudynas (2009) e Acosta (2016), o neoextrativismo é uma versão contemporânea do extrativismo". (PEREIRA, 2019, p. 38).
13	Eduardo Gudynas	"[...] el fuerte apoyo de los gobiernos progresistas a los sectores extractivos, tales como la minería o hidrocarburos, en tanto son medios para lograr ese 'crecimiento' por medio de exportaciones. Se há generado así un neoextrativismo progressista. (GUDYNAS, 2009. p. 35). (SANTOS, 2019, p. 47).
14	Eduardo Gudynas	"[...] o modelo de extração mineral brasileiro tem sido uma maneira pujante de espoliação territorial. Eduardo Gudynas (2009, 2015) acrescenta que esse modelo é uma forma de neoextrativismo, a ponto de, na maioria dos casos, serem irreversíveis para a natureza e para a sociedade". (ANTONINO, 2019, p. 17).

Fonte: Batista (2013), Gonçalves (2016) Silva (2017) Escobar (2017) Frei (2017) Santana (2017) Magno (2017) Cassundé (2018) Acosta (2018) Bata (2018) Palha (2019), Pereira (2019), Santos (2019) Antonino (2019).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2020

Interpretando o quadro 2, acima, podemos perceber que não é exercido um esforço intelectual de aproximação entre o conceito de neoextrativismo e categorias analíticas geográficas, o que reforça nossos argumentos sobre a reprodução do pensamento pensado. Com base nas principais referências destacadas no quadro 2, elaboramos, por ordem de citações, o quadro 3, demonstrando qual o estudo mais utilizado.

Quadro 3: Estudos de Eduardo Gudynas citados

Título do estudo	Ano de publicação	Número de vezes citado
Diez tesis urgentes sobre el nuevo neoextractivismo	2009	6
El nuevo extractivismo progresista en América del Sur. Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones	2011	2
Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus efectos derrame	2016	2
Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza.	2015	1
Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo sudamericano.	2012	1
Corrupción y extractivismos: mutuamente asociados	2016	1
Caminos para las transacciones post extractivas	2011	1
Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur	2010	1
Estado compensador y nuevos extractivismos. Las ambivalencias del progresismo latinoamericano	2012	1
Postextractivismo y alternativas al desarrollo desde la sociedad civil	2013	1
Desarrollo, extractivismo y buen vivir	2011	1
Transições pós-extrativistas: Superando o desenvolvimentismo e a exploração da natureza.	2013	1

Fonte: Batista (2013), Gonçalves (2016) Silva (2017) Escobar (2017) Frei (2017) Santana (2017) Magno (2017) Cassundé (2018) Acosta (2018) Bata (2018) Palha (2019), Pereira (2019), Santos (2019) Antonino (2019).

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2020

Apesar dos autores das teses e dissertações terem realizado interpretações sobre os impactos negativos do neoextrativismo – ainda que limitados por seus respectivos objetos e objetivos, principalmente em relação aos territórios nos quais atividades mineradoras ou outras formas de exploração de recursos naturais ocorrem –, categorias de análise geográficas, como paisagem e escala geográfica, por exemplo, não são aplicadas na interpretação do conceito e, assim, reproduzem o pensamento de Eduardo Gudynas sobre o neoextrativismo, apesar de diferentes temas e objetos de estudo. Todavia, levamos em consideração suas observações, pois a função primeira de um conceito é a comunicação (ABBAGNANO, 2007).

Por outro lado, não podemos deixar de considerar, também, que esses estudos tratam da produção de conhecimento geográfico, daí que consideramos a necessidade de uma atenção rigorosa com conceitos externos à Geografia pela definição de categorias analíticas explicativas de determinada realidade.

Do esforço de se entender como o conceito de neoextrativismo vem sendo utilizado na Geografia brasileira – dentro da limitação estabelecida –, o que podemos escrever é sobre a reprodução conceitual proposta; não existe uma análise minuciosa. Com base na perspectiva teórica defendida aqui e fazendo uso de uma maneira particular de interpretação da materialidade, concordamos sobre a necessidade de se analisar a essência para poder avançar além de sua aparência e sobre a asserção de que o método adequado deve partir do conhecimento da realidade. Para isso, é preciso identificar o que constitui determinado momento histórico e as relações desse com a totalidade, o que está por trás da aparência, bem como o que o faz aparecer dessa forma. Como materialista, Karl Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento, o conhecimento operado pelo sujeito. Seu método tem início pelo real, concreto, que aparece como informações, pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço do estudo, chega-se a conceitos (MARX, 2008; 2011; 2012).

Desse modo, entendemos que a maneira como o conceito de neoextrativismo vem sendo utilizado diz respeito à reprodução e não à produção de novas interpretações sobre ele. Ressalta-se que, das teses e dissertações aqui apresentadas, algumas não chegam a contextualizar o conceito, fazendo apenas uso do mesmo como forma de atingir seus objetivos, ou seja, como recurso metodológico – fato que pode ocasionar o empobrecimento do saber geográfico sobre o referido conceito, pois, como procuramos demonstrar, sua utilização é recente na Geografia brasileira.

Quando um pensador define a significação na construção de um conceito, está agindo com uma determinada intencionalidade por meio do método e da teoria [...] O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito. A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento (FERNANDES, 2008, p. 277).

Isso ocorre porque “A definição do significado do conceito é um exercício intelectual do movimento entre o abstrato e o concreto ou do movimento entre o método (pensamento pensante), a teoria (pensamento pensado) e a realidade” (FERNANDES, 2008, p. 277). Em outras palavras, o pesquisador necessita atribuir um significado ao conceito utilizado e isso

pode ser realizado pela escolha de categorias analíticas que contemplem seu objeto de pesquisa, daí a necessidade de compreender como esse conceito foi pensado e estruturado.

A produção do conceito de neoextrativismo: um processo

De maneira semelhante à Karl Marx (2011) e Friedrich Engels (1999), que consideraram o uso da técnica mediatizando a atividade laboral como parte da humanização, Lev Semionovich Vygotsky⁶ entendeu como mediador no mesmo processo o uso de signos – representação escrita ou verbal que se associa a uma imagem acústica chamada significante – na linguagem, por esse motivo, confere destaque aos mesmos em relação ao pensamento como produtor de conceitos – ou seja, o significado. “O signo age como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho” (VYGOTSKY, 1991, p. 38). Para Lev Vygotsky, o materialismo dialético – filosofia marxista – e o materialismo histórico – ciência marxista – seriam adequados para a solução dos paradoxos científicos com que se defrontavam seus contemporâneos em relação à produção de conceitos. Um dos pontos centrais do método materialista histórico e dialético é que todos os fatos sejam estudados como processos em constante mudança e movimento. Para tanto, o método deve dar ênfase no processo, não no produto. O processo é visto como dinâmico, que causa mudança no decorrer da história. Esse movimento é constituído por pontos que se articulam. Os pontos são fatos em um dado momento do tempo produzidos a partir da intencionalidade de alguém. Cada fato é um produto; e o processo, a articulação desses pontos (COLE, *in*, VYGOTSKY, 1991).

Lev Vygotsky, em diferentes momentos, analisou a produção conceitual como um processo que pode ser entendido como a capacidade que o ser humano desenvolveu para pensar, analisar e generalizar elementos da realidade. No curso do desenvolvimento humano, à medida que a linguagem se estrutura de forma mais complexa, a produção de conceitos assume, também, propriedades mais elaboradas. A linguagem é, pois, em si mesma, um produto conceitual, assim como também são os significados das palavras. Em *Pensamento e Linguagem*, Lev Vygotsky (1997) estuda a produção conceitual e entende que a mesma passa por momentos específicos, próprios do modo de organização das funções psicológicas superiores⁷.

A formação dos conceitos é resultado de uma complexa atividade em que todas as funções intelectuais fundamentais participam. No entanto, este processo não pode

⁶ A opção por Vygotsky não significa uma imersão no campo da psicologia, mas deve-se ao fato de ter sido ele quem inseriu campos marxistas nos estudos voltados à produção de conceitos. Com isso, mantemos coerência em nossa linha teórica.

⁷ Funções psicológicas superiores são aquelas desenvolvidas a partir das relações sociais que permitem a internalização do processo de conhecimento. Ver: Vygotsky (1991).

ser reduzido à associação, à tendência, à imagética, à inferência ou às tendências determinantes. Todas estas funções são indispensáveis, mas não são suficientes se não se empregar o signo ou a palavra, como meios pelos quais dirigimos as nossas operações mentais, controlamos o seu curso e o canalizamos para a solução do problema com que nos defrontamos (VYGOTSKY, 1997, p. 61).

Assim, a produção de um conceito:

[...] é algo mais do que a soma de certas ligações associativas formadas pela memória, é mais do que um simples hábito mental; é um complexo e genuíno ato de pensamento, que não pode ser ensinado pelo constante repisar, antes pelo contrário [...] (VYGOTSKY, 1997, p. 83).

Ademais, no processo de produção conceitual, a palavra é parte fundamental e sua definição passa por evoluções, visto que “[...] as definições que determinam a significação também obedecem à imanência das características e qualidades ou propriedades produzidas pelas relações na história” (FERNANDES, 2008, p. 293). O significado de uma palavra não se encerra com o ato de sua aprendizagem – esse é apenas o começo de um processo eminentemente produtivo, não reprodutivo. Nesse sentido, um conceito não se origina do estabelecimento de relações mecânicas entre uma palavra e determinados objetos, ações ou eventos, os quais, em sua relação com a memorização da palavra, não conduzem a uma formação conceitual (VYGOTSKY, 1999).

Desse exercício do pensar surgem os conceitos científicos, quando “[...] a tomada de consciência passa pelos portões dos conceitos científicos” (VYGOTSKY, 2001, p. 290) esses são formulados e transmitidos historicamente e constituem os sistemas teóricos que mediatizam a ação humana sobre objetos, ações e eventos. Em suas argumentações sobre os conceitos científicos, Lev Vygotsky escreveu que a relação entre esse tipo de conceito e um determinado objeto, ação ou evento é mediada desde o início por algum outro conceito. Isso significa que a noção de conceito científico implica em compreendê-lo relacionalmente em um sistema de conceitos: “[...] a apreensão do sistema de conhecimentos científicos pressupõe um tecido conceitual já amplamente elaborado e desenvolvido por meio da atividade espontânea do pensamento [...]” (VYGOTSKY, 2001, p. 269).

Os conceitos científicos são desenvolvidos a partir de procedimentos analíticos e, portanto, é necessária a conexão com categorias analíticas e não com a experiência concreta imediata, ou seja, ocorrem por meio do processo da instrução, requerendo atos de pensamento inteiramente diversos e novos, associados ao livre intercâmbio entre um sistema de conceitos que permita a generalização de generalizações. Enfim, requerem uma operação consciente e arbitrária com outros conceitos, uma vez que “[...] a questão está justamente aí, pois o

desenvolvimento consiste nesta progressiva tomada de consciência dos conceitos e operações do próprio pensamento” (VYGOTSKY, 2001, p. 279).

Sendo assim, a produção de determinado conceito não é algo estático, inerte, e o mesmo pode receber diferentes formas de interpretação ao longo do tempo. Esse é o caso do conceito de neoextrativismo produzido como parte do processo de derivação conceitual de extrativismo, oriundo da Economia. Desse modo, o conceito de neoextrativismo pode ser considerado uma generalização do real; contudo, nesses termos, ele precisa abranger o máximo de elementos possíveis existentes na realidade pesquisada para que possibilite um maior conhecimento da diversidade de características do processo que descreve, pois conceitos são partes constitutivas e essenciais dos métodos nas ciências, condicionando hipóteses, problemáticas e variáveis de pesquisa e que, para abranger esse máximo possível, deve ter por base uma fundamentação categorial analítica.

Assim, o ato de conceituar o neoextrativismo não pode ser confundido com a representação da totalidade do real; trata-se, na verdade, de uma representação de parte do real. Como representação, ele existe *a posteriori* dos objetos, ações e eventos que representa e esses existem no mundo real independentemente do conceito. Sendo assim, ele é, ao mesmo tempo, objetivo – pois está relacionado ao real – e subjetivo – pela maneira como é produzido no pensamento. Por isso, quanto mais conhecemos o real, mais temos condições de produzir uma operacionalização adequada com o objeto de determinado pesquisador em Geografia fazendo o uso de categorias analíticas próprias.

Examinemos a *palavra* neoextrativismo. Essa nem sempre existiu, mas isso não quer dizer que a atividade de escavação em busca de matérias-primas minerais em volume não existisse antes dela ser produzida. O fato de que, nos primórdios da civilização, os seres humanos não faziam uso dessa *palavra* e de sua representação conceitual não implica que não existissem formas de extração de matérias-primas. Portanto, a produção desse conceito percorreu um longo caminho enquanto exercício do pensamento sobre o real, o qual existe independentemente de pensarmos sobre ele; e não devemos considerar determinado conceito como estático, mas em processo.

Na medida em que o conceito é uma representação do real e esse real está em permanente mudança, ele também se modifica. É o caso do conceito de neoextrativismo, que tem relação com o conceito de extrativismo primitivo, mas que é diferente daquele. Qualquer conceito tem, portanto, sua história. Desse modo, nenhum conceito se encontra isolado, isto é, existe sempre um nexos, uma relação com outros conceitos que pode alterar o significado originalmente proposto por meio de sua operacionalização conjugada a determinadas categorias analíticas e isso é um fato na Geografia desde sua institucionalização. A amplitude

da conceituação de neoextrativismo proposta por Eduardo Gudynas (2009) pode variar segundo as referências teóricas e, aí, a intencionalidade do pesquisador volta à tona e isso deve ocorrer de acordo com premissas, pois a “[...]” proposição da amplitude da significação ou da restrição da significação de um conceito é definida pela intencionalidade. Assim os conceitos ganham significados diferentes, de acordo com as teorias, os métodos e as instituições” (FERNANDES, 2008, p. 278).

Para Milton Santos (2009), um conceito só é legítimo na medida em que é atual, pois conceitos se constroem no processo da pesquisa. Por isso, é necessária acurada clareza na maneira pela qual o conceito de neoextrativismo será utilizado na Geografia e, no mesmo sentido, devem ser justificados os sentidos empregados e as escolhas feitas, bem como a coerência entre o conceito empregado e o referencial teórico das categorias de análise articuladas ao conceito. Essa coerência é fundamental, pois consideramos que não se pode mesclar conceitos e categorias analíticas de referências teórico-metodológicas distintas, uma vez que se torna praticamente impossível interpretar o real, ainda que fracionado.

O neoextrativismo encontra-se ancorado no Estado, que regula e apropria-se de receitas oriundas da extração de recursos naturais e legitima tal processo através de uma agenda econômica composta de aspectos *desenvolvimentistas*. Ao notar a dimensão sistêmica do fenômeno que ocorre simultaneamente em vários Estados sul-americanos, Eduardo Gudynas (2009) cunha o termo neoextrativismo para designar esse modelo, termo que sugere a manutenção do extrativismo de recursos naturais como centro dinâmico de acumulação.

O que observamos a partir das *teses* e da proposição conceitual de Eduardo Gudynas (2009) e das interpretações dos autores das teses e dissertações analisadas, é que o conceito de neoextrativismo remete, principalmente, ao controle territorial e às relações entre o Estado e multinacionais neoextrativistas. Ainda, é utilizado a partir de uma perspectiva crítica para se pensar o cenário em que se apresentam as atividades que remetem à extração de matérias-primas em grande volume, sua exportação enquanto produto primário e o controle territorial. As teses e dissertações pesquisadas apresentam relação com o que foi proposto por Eduardo Gudynas (2009), através de conceitos, categorias analíticas e temas já incorporados à Geografia, conforme quadro 4⁸.

⁸ Por critério de exclusão, exibimos apenas os estudos nos quais a principal referência é Eduardo Gudynas.

Quadro 4: Principais articulações do neoextrativismo com categorias analíticas, temas e conceitos estudados na Geografia

Nº	Categoria analítica	Temas e conceitos
1	Território	Territorialização do capital no campo, Estado, poder, questão agrária, impactos sócio-ambientais.
2	Território	Territorialização, expansão e acumulação de capital, desterritorialização, conflito, impactos socioespaciais, acumulação por espoliação, produção do espaço, produção dos territórios, apropriação de recursos naturais, controle territorial, reprimarização econômica.
9	Território	Estado, dinâmica territorial, desenvolvimento geográfico desigual, dependência econômica, formação socioespacial.
10	Território	Efeitos socioambientais, acumulação por espoliação, conflitos, Estado, reestruturação produtiva.
11	Território	Reprimarização econômica, exploração de recursos naturais, acumulação por espoliação, impactos, conflitos.
12	Território	Land Grabbing, controle territorial, territorialidade, agroextrativismo, poder, questão agrária, acumulação por espoliação.
13	Território	Conflitos territoriais, questão agrária, movimento indígena.
14	Território	Acumulação por espoliação, territórios extrativo-mineral, territórios terra-abrigo, impactos socioambientais, reprimarização econômica.

Fonte: Batista (2013), Gonçalves (2016), Acosta (2018), Bata (2018) Palha (2019), Pereira (2019) Santos (2019) Antonino (2019)

Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2020

Entre as categorias analíticas mais utilizadas na articulação entre o neoextrativismo e os diferentes estudos geográficos, território é o que se destaca, tendo em vista que o mesmo é *locus* da materialização dessa atividade, a qual se articula com a proposição de David Harvey (2012) sobre acumulação por espoliação. Desse exercício, selecionamos categorias analíticas – território, paisagem, fronteira e escala – e temas – questão agrária, Estado e poder –, pois esses nos permitem a operacionalização do conceito de neoextrativismo a partir do objeto de estudo: o megaprojeto neoextrativista da Vale S.A. em Moatize, Moçambique, conforme demonstraremos a seguir.

A operacionalização do conceito de neoextrativismo

Conforme abordamos, foi somente após a realização da pesquisa empírica que a maneira de pensar as distintas materialidades do neoextrativismo foi provocada. Isso nos conduziu à tentativa de produzir um novo pensamento em relação ao pensamento pensado sobre o conceito de neoextrativismo, em estreito nexos com a mundialização do modo de produção capitalista e com o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2009), visto que tais eventos permitiram a implementação de objetos técnicos e a consequente intensificação de ações de controle territorial promovidas a partir do comando da multinacional Vale S.A., que atua em diferentes escalas de comando e realização de eventos.

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra (SANTOS, 2009, p. 80).

Assim, a Vale S.A., a partir de uma escala de comando internacional, apresenta sua materialidade na forma de fixos e fluxos territoriais – no caso, a mina de carvão mineral de Moatize e o complexo logístico que cruza o Malawi até o porto de exportação em Nacala-a-Velha, novamente, em território moçambicano – com impactos socioterritoriais distintos em escalas geográficas também distintas. Daí, tem-se a necessidade de operacionalizar o conceito de neoextrativismo geograficamente. “O geógrafo, que não se preocupa muito com a construção dos conceitos e que emprega constantemente noções extremamente vagas, utiliza as produções das outras disciplinas sem questionar as mesmas” (LACOSTE, 2015, p. 97). “Conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras [...] Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações” (SANTOS, 2009, p. 53). Portanto, reproduzir o pensamento de Eduardo Gudynas (2009), representado no conceito de neoextrativismo em estudos geográficos, sem realizar uma análise crítica sobre sua produção e maneiras de utilização, torna-se uma reprodução conceitual frágil, o que induz à homogeneização da diversidade, não levando em conta como o conceito foi pensado e utilizado no tempo histórico e materializado em distintos territórios frente ao avanço da tecnologia e do modo de produção capitalista.

Após ter conhecimento do potencial produtivo das reservas de carvão mineral em Moatize, a Vale Moçambique deu início a distintos processos⁹: a *paisagem* local foi alterada, foram gerados *conflitos* por formas de *uso dos territórios* e, a partir daquele ponto – Moatize – *complexos logísticos* romperam *fronteiras*; conseqüentemente, os impactos socioterritoriais do megaprojeto neoextrativista foram ampliados em *escala geográfica* – local, regional e internacional – e as relações de *poder* entre o Estado, a multinacional Vale S.A. e as comunidades tradicionais se tornaram visíveis, intensificando a questão agrária (MATOS, 2018; MOSCA, 2012; SELEMANE, 2010).

Desse modo, o megaprojeto neoextrativista da Vale Moçambique pode ser analisado a partir daquilo que David Harvey escreveu sobre a acumulação por espoliação, que pode ser entendida a partir do novo imperialismo resultante “[...] de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista de poder” (HARVEY, 2012, p. 149), acentuando a fragmentação territorial e os enclaves econômicos por meio de processos multidimensionais e multiescalares, gerando novas formas de uso dos territórios a partir da mobilidade espacial de capitais.

⁹ O processo de territorialização da Vale S.A. em Moatize, seus impactos socioterritoriais e a relação com a intensificação da questão agrária foram, por nós, abordados anteriormente.

Nesse momento, as formulações de David Harvey (2012) sobre a acumulação por espoliação nos são as mais adequadas para operacionalizarmos o conceito de neoextrativismo, isso porque a mesma pode ser relacionada às categorias analíticas geográficas – paisagem, território, escala e fronteira. David Harvey, examinando o processo histórico da acumulação de capitais, escreveu sobre a acumulação por espoliação e identificou suas características. A relação entre a proposição de David Harvey e o neoextrativismo vem sendo realizada na Geografia, como demonstramos no quadro 4. A acumulação por espoliação é uma das maneiras explícitas de controle territorial para garantir que o capital produtivo possa se materializar e garantir novas formas de reprodução ampliada via exploração de matérias-primas e força de trabalho. Aqui, destacamos o processo de mercadificação de terras com a desterritorialização camponesa e todos os processos resultantes desses atos, tal como a supressão das formas tradicionais de produção baseadas na formação socioespacial originária (HARVEY, 2011).

A acumulação por espoliação está relacionada com o poder desempenhado pela Vale Moçambique. O processo que dá início a acumulação primitiva, a expropriação de terras, ocorreu em Moatize a partir do interesse da multinacional e a atividade foi oficializada pelo governo por meio dos projetos de reassentamentos involuntários. Assim, a acumulação segue seu curso, tendo o Estado como “[...] um comitê para gerir os negócios comuns de toda classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2017, p. 43). Sandra Lencioni (2012) corrobora com o entendimento desse processo e faz distinção entre espoliação e exploração.

Espoliação significa privar alguém de algo, por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos. É esse o sentido dos mecanismos espoliativos, como aquele que nega o direito à posse. Por exemplo, sob o selo da propriedade privada capitalista se arranca da terra, os que nela vem trabalhando há várias gerações. Já a exploração se vincula aos diversos procedimentos que buscam se apossar do lucro, por meio da sujeição da posse e do domínio da propriedade privada (LENCIONI, 2012, p. 3).

Aliado às escalas geográficas de ação, o poder que a Vale Moçambique exerce sobre o governo moçambicano, devido à necessidade de garantir a exequibilidade e concretização de seus objetivos, transcende o poder daquele Estado, pois estão em jogo interesses econômicos e políticos da Vale S.A. e do Estado, o que determina o poder econômico dessa e subordina a ação política daquele. Portanto, concomitantemente à territorialização do megaprojeto em Moatize, um conjunto de regulamentos e um *corpus* de normas estatais viabilizaram suas ações e pretensões a partir da normatização de territórios, visando a expropriação da terra que antes pertencia ao camponês. Esse processo constitui a base da acumulação de capitais desde a acumulação primitiva, com base na expropriação de terras “[...] e a história da expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013, p. 787).

A interpretação da Imagem 1 – mina de extração de carvão mineral em Moatize, território a partir do qual se expandiu a rede logística – permite ampliar concepções e pensar ações e eventos na implementação de objetos técnicos e a consequente alteração da paisagem a partir da territorialização do megaprojeto neoextrativista. Observando em sentido horário, a partir da data das primeiras intervenções territoriais – 2008 – em um intervalo de quatro anos entre cada, é possível nitidamente identificar as alterações provocadas até a última data – 2019 – de captura de imagens por satélites.

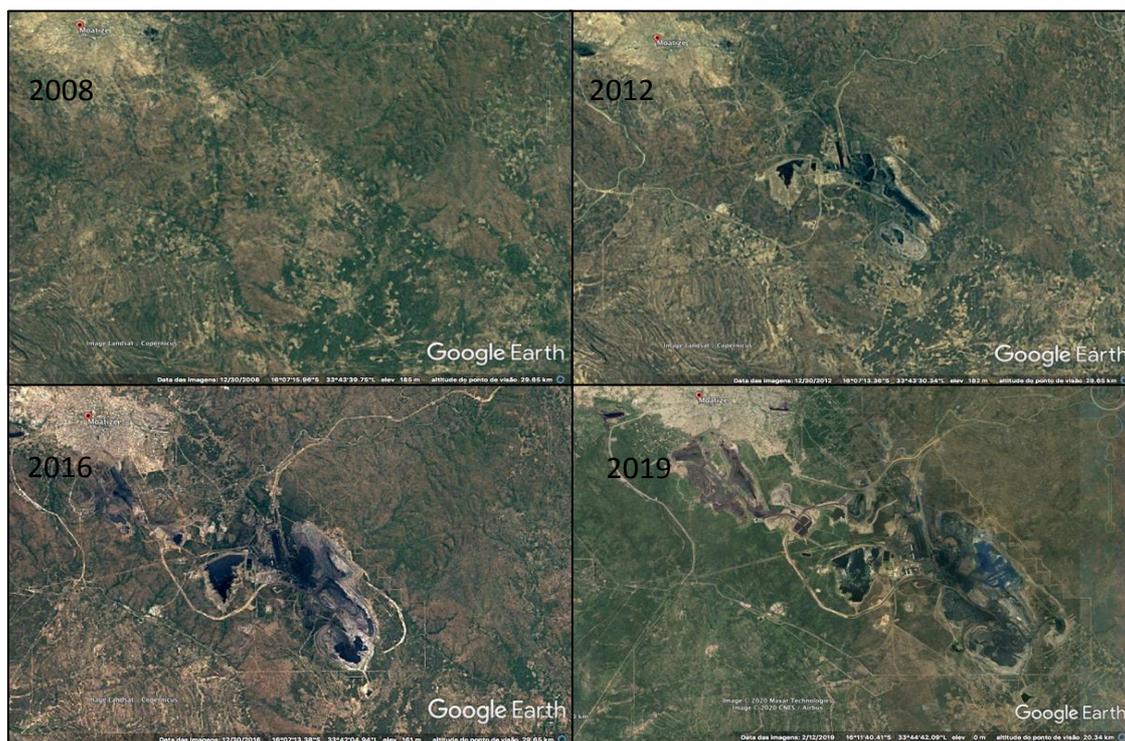


Imagem 1: Alterações na paisagem de Moatize, 2008 – 2019

Fonte: Google Earth

Organização: Guilherme Magon Whitacker, 2020

Ao escrevermos sobre o megaprojeto neoextrativista de Moatize a partir de ações, objetos e eventos que constituem a totalidade de seus aparatos logísticos no território, estamos nos referindo às dinâmicas de superexploração do trabalho e da natureza que configuram modos específicos de acumulação por espoliação. Isto é, à expropriação das condições objetivas de vida de múltiplas comunidades e à confluência de interesses entre a multinacional e o Estado moçambicano. Esses processos não podem ser compreendidos com base em *teses* generalistas, ou seja, é necessário demonstrar suas especificidades geográficas a partir de categorias que permitem sua análise.

Nesse quadro de referência, preocupa-nos dois elementos básicos que garantem um estado de relações normalizado: a garantia do *uso do território* como recurso por intermédio

dos fixos territoriais e o controle de seus sistemas logísticos que constituem os fluxos, pois é isso que nos permite entender a relação com as categorias paisagem, escala e fronteira, ou seja, é a partir do uso do território – Moatize – que as demais ações se iniciam. “Do ponto de vista da representação, tudo começa na categoria paisagem [...]” (MOREIRA, 2007, p. 116). A paisagem – primeira categoria analítica –, em nosso estudo, está além do olhar; caso contrário, essa revelaria somente a aparência.

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados [...] Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos de desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção (SANTOS, 2012, p. 54).

Sendo assim, podemos conceber a paisagem em Moatize a partir de sua constituição técnica – são os objetos técnicos que vão desempenhar transformações na paisagem, portanto, consideramos esta como uma categoria de análise que permite entender a intervenção humana por meio da sobreposição de técnicas em determinado território. São as técnicas – enquanto um conjunto de objetos e ações (SANTOS, 2009) – que vão permitir a transformação da paisagem e, a partir dela, tornarem visíveis os impactos socioterritoriais que ocorrem desde a extração até o porto de exportação em Nacala-a-Velha. O primeiro deles foi a desterritorialização das comunidades tradicionais que ali viviam. Entretanto, os impactos não são apenas em escala – segunda categoria analítica – local, mas também regional e internacional, uma vez que se desdobram pelos fluxos logísticos de escoamento e de exportação. Assim, torna-se imprescindível o exercício escalar para compreender os impactos socioterritoriais, pois esses não se reduzem somente à área da mina.

A Vale Moçambique articula seu aparato técnico na forma de fluxos e fixos territoriais para a reprodução do modo de produção capitalista. A magnitude do megaprojeto em Moatize e seus diferentes níveis de escala geográfica – local, regional e internacional – permite-nos pensar as mesmas e, além dessas, os objetos técnicos utilizados, materializados em fixos e fluxos territoriais, tornando possível o escoamento do carvão mineral cruzando fronteiras – terceira categoria analítica – ainda que essas sejam delimitações políticas e econômicas, as mesmas tornam-se porosas frente às multinacionais (SANTOS, 2007). Foi dessa maneira que a Vale Moçambique, em acordo com os governos moçambicano e malawiano, conseguiu reduzir o número de transporte de passageiros e dar prioridade ao transporte de carvão mineral. A partir de Moatize, o carvão mineral é transportado por via férrea pelo corredor logístico de Nacala que cruza o país vizinho, Malawi, até o porto de águas

profundas no distrito de Nacala-a-Velha. Com o dinamismo promovido pelas técnicas implementadas e com extração cada vez maior, o complexo logístico foi sendo articulado e fronteiras foram rompidas pelo poder do dinheiro; as escalas de impacto do megaprojeto foram, nesse processo, do local, ao regional e internacional. A produção desses sistemas de fixos e fluxos implicou significativas mudanças nos modos de uso do território.

Assim, a multinacional Vale S.A., por meio de um poderoso aparato técnico que conforma toda uma rede complexa logística, imprime novos ritmos no uso de territórios. É, portanto, no controle das formas de uso de determinados territórios com reservas de matérias-primas que atua a multinacional neoextrativista Vale S.A. Desse modo, temos uma delimitação analítica sobre território – quarta categoria analítica – e processos territoriais tendo por base estudos de Milton Santos, que escreveu: “[...] essa ideia de território usado [...] pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, um território em processo” (SANTOS, 1999, p. 19). Corroborando com esse aspecto, acrescentamos:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas [...], mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira [...] (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 19).

Quando realizamos a pesquisa empírica no bairro Bagamoyo, contíguo à delimitação para exploração do carvão mineral, em um de seus pontos mais elevados, foi possível observar um pouco do território neoextrativista, como é possível observar na imagem 2.



Imagem 2: Vista parcial do megaprojeto neoextrativista em Moatize, bairro Bagamoyo

Foto: Membro da AAAJC¹⁰

Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de campo realizado em agosto de 2018.

¹⁰ Associação de Apoio e Assistência Jurídica aos Camponeses.

A interpretação da foto permite entender o território como *locus* da materialização do megaprojeto, disputas de poder, conflitualidade e acumulação por espoliação, pois a desterritorialização da população camponesa e a apropriação do carvão mineral, representam uma parcela do atual estágio de acumulação de capitais e, lembrando que, esse recurso em específico, é utilizado, em grande parte, para a produção de energia elétrica, o grande vetor da circulação de capitais como demonstrou Karl Marx em *O Capital*, livro II (MARX, 2014). Portanto, é no território que as ações e os objetos técnicos articulados pela multinacional ganham relevância local e efetivamente se mostram como elementos que interferem no uso dos territórios, pois neles se integravam distintas formações socioespaciais. Assim, os usos dos territórios por onde a Vale S.A. articulou seus sistemas técnicos foram refuncionalizados, acolhendo novas divisões territoriais do trabalho por meio de eventos sociais que produziram novas hierarquias e posições, novos conteúdos normativos e mesmo especializações territoriais alienadas que tiraram a coesão e a força da organização pretérita do território. É a partir daí que percebemos que a integração e a fluidez garantidas para alguns, significam também fragmentação e imobilidade para outros.

Debaixo da ordenação do processo de acumulação, o capitalismo, como um modelo de produção deve-se expandir continuamente para sobreviver. [...]. Para este fim, o capital se volta para a superfície do solo em busca de recursos naturais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção (SMITH, 1988, p. 88).

A relação entre recursos naturais e território acima apresentada por Neil Smith é descrita por Claude Raffestin em *Por uma Geografia do Poder* por meio da afirmação de que o território se forma a partir da apropriação do espaço geográfico – entendido como preexistente ao território, porém, não como receptáculo, pois o espaço também é produzido por meio de relações sociais de poder. O referido autor faz alusão à transformação da matéria em recursos naturais e o que nos chama a atenção é a afirmação de que: “A matéria (ou substância), encontrando-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um “dado”, pois preexiste a toda ação humana [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 223, aspas no original). Essa abordagem de Claude Raffestin apresenta significativas contribuições para o entendimento das relações de poder que as multinacionais extrativistas implementam no território moçambicano:

Toda relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo político por intermédio do modo de produção [...] O homem não se interessa pela matéria como massa inerte indiferenciada, mas na medida em que ela possui propriedades que correspondem a utilidades. Nessas condições, não é a matéria que é um recurso.

Esta, para ser qualificada como tal, só pode ser o *resultado de um processo de produção*: é preciso um ator (A), uma prática ou, se preferirmos, uma técnica mediatizada pelo trabalho (r), e uma matéria (M). A matéria só se torna recurso ao sair de um processo de produção complexo, que se pode formular de maneira rudimentar: ArM P (conjunto de propriedades ou recursos) (RAFFESTIN, 1993, p. 225, itálicos nossos).

Paralelamente, a alteração nas formas de uso dos territórios demanda novos sistemas de objetos e de ações para a consolidação de uma base produtiva e logística na forma de fixos e fluxos que sejam capazes de imprimir velocidade e fluidez, atributos fundamentais na reprodução de capitais (SANTOS, 2009). Assim, a partir de Claude Raffestin (1993) e Milton Santos (2009), os fixos e fluxos territoriais podem ser entendidos como redes logísticas, estruturas reveladoras das ações de poder. A um só tempo, as redes articulam ações, objetos e eventos em diferentes escalas, mas também engendram processos de exclusão social, marginalizando e alterando estruturas camponesas e urbanas de trabalho com ganhos que, definitivamente, não se distribuem homogeneamente no conjunto da sociedade moçambicana. As novas oportunidades de uso do território, praticadas a partir de um sistema específico de redes logísticas, garantem somente àqueles agentes que podem fazer uso de tais infra-estruturas um controle vertical e privilegiado da produção e dos territórios em que tais ações, objetos e eventos se distribuem.

Desse modo, a menor distração analítica, ou qualquer enfoque fragmentado ou generalista sobre essa atividade neoextrativista, que não leve em conta as dimensões do território usado, corre sério risco de servir-se como cúmplice aos projetos voltados à acumulação por espoliação. Com isso, o que queremos demonstrar é que, neste estudo, os impactos socioterritoriais provocados pela multinacional não podem ser descritos a partir das teses de Eduardo Gudynas (2009), pois elas não se encaixam nessa realidade. É preciso operacionalizar o conceito e entender, a partir dessa realidade, o neoextrativismo como um processo voltado à acumulação por espoliação.

Considerações finais

Toda pesquisa depende de uma existência imersa na minuciosa arte do exercício de escolhas – uma atividade exaustiva que cria angústias, pois o perigo de opções equivocadas se torna constante na realidade e a história deixa traços inapagáveis. Portanto, pesquisar exige esforços e cuidados. A ação intelectual de descer das certezas e ir ao encontro de incertezas faz parte da produção do conhecimento e, nesse percurso, enfrentar enigmas, negar aparências e buscar a essência requer coragem, mas exige, também, prudência – e essa se inicia pela definição do objeto de pesquisa, delimitação teórica e passa pela incerteza da concretização da pesquisa empírica. Significa, ainda, a árdua tarefa de fragmentar a totalidade para se proceder

à antítese e, posteriormente, à elaboração da reconstituição da totalidade em forma de síntese produzida pelo intelecto. Esse exercício pode conduzir a dilemas, ou seja, pode vir acompanhado de insatisfação em relação ao que se está selecionando para a análise e de insegurança no momento de tecer relações entre as partes decompostas. Opções e dilemas, superação de obstáculos, desvendamento do falso e negação de equívocos são imanentes à produção do conhecimento geográfico.

Acreditamos ter demonstrado tais fatos a partir da experiência enquanto pesquisadores dedicados ao saber geográfico. Não pretendemos, com isso, estabelecer regras para a operacionalização de conceitos que cotidianamente são inseridos nessa ciência, mas, sim, contribuir para que essa inserção seja efetuada de maneira correta, tendo em vista que a mesma possui excelentes categorias de análise para a realização do pensar geográfico.

A realização da pesquisa empírica em Moçambique foi a pedra de toque neste estudo, pois pudemos sair da esfera do olhar teórico e descer ao concreto. Como indicamos, há um titânico impacto do megaprojeto neoextrativista da Vale S.A sobre o mundo objetivo. À revelia da teoria já dada, esse real revelou os flagrantes da limitação das elucubrações ideais. Esse exercício, próprio da atividade científica, não teve, necessariamente, a pretensão do negar por negar, mas, isso sim, promover o avanço do conhecimento, das ideias e, então, a projeção de mundos possíveis.

Seguimos, então, três atos em relação à ideia de neoextrativismo: reprodução, produção e operacionalização. Esses atos nos permitiram inferir que a *reprodução* de um conceito, quando movido e utilizado sem o exercício da quietude do pensar, materializa-se como uma tese já dada – *a priori* – e, assim, supondo-se válida. A *produção* do conceito revelou o *processo* pelo qual as ideias – no caso, o neoextrativismo – são desenvolvidas e, conseqüentemente, os sentidos que lhes são empregados. A reflexão realizada sobre o processo revelou-se como uma antítese da reprodução, uma vez que demonstrou os limites de sua extensão operacional. A *operacionalização*, através dessa cadeia de fatos, é a indicação da síntese em movimento, ou seja, confrontamos o *conhecimento a priori sobre o conceito de neoextrativismo pelas teses de Eduardo Gudynas* com a realidade objetiva da pesquisa empírica, resultando em um novo pensamento sobre o conhecido, isto é, compreendemos o neoextrativismo através de sua condição espacial, pelas lentes da teoria geográfica podemos operacionalizar o conceito no diálogo com as categorias analíticas aqui apresentadas – paisagem, escala, fronteira e território.

When empiricism contradicts theory: a brief study about the operationalization of the concept of neoextractivism

Abstract: To understand the agrarian issue today we consider it necessary to use certain concepts and analytical categories. In this regard, we problematize the reproduction of the concept of neoextractivism proposed by Eduardo Gudynas in Brazilian Geography. Neo-extractivism promotes deep territorial impacts, hence the need for a study that aims to contemplate the materiality of its reproduction, aiming at its geographical operationalization. For this, the methodology carried out relied on empirical research carried out in Mozambique in comparison with theses and geographical dissertations that make use of the concept in question, relating it to geographical analytical categories. The study presented here resulted in the confirmation of conceptual reproduction and an approximation of its operationalization in the field of research in Geography.

Keywords: Geography. Neoextractivism. Agrarian question. Operationalization

Cuando lo empírico contradice la teoría: un breve estudio sobre la operacionalización del concepto de neoextractivismo

Resumen: Para entender la cuestión agrario hoy consideramos necesario utilizar ciertos conceptos y categorías analíticas. En este sentido, problematizamos la reproducción del concepto de neoextractivismo propuesto por Eduardo Gudynas en Geografía brasileña. El neoextractivismo promueve impactos territoriales profundos, de ahí la necesidad de un estudio que tenga como objetivo contemplar la materialidad de su reproducción, apuntando a su operacionalización geográfica. Para ello, la metodología desarrollada se basó en la investigación empírica realizada en Mozambique en comparación con tesis y disertaciones geográficas que hacen uso del concepto en cuestión, relacionándolo con categorías geográficas analíticas. El estudio aquí presentado resultó en la confirmación de la reproducción conceptual y una aproximación de su operacionalización en el campo de la investigación en Geografía.

Palabras clave: Geografía. Neoextractivismo. Cuestión agraria. Operacionalización

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Martins Fontes: São Paulo. 2007.

ACOSTA, C. Y. D. **Urbanización, red urbana y extractivismo. Una visión del caso de villavicencio (Meta, Colombia)**. 2018. Tese (doutorado em Geografia). UNESP. FCT. Presidente Prudente-SP. 2018.

ANTONINO, L. Z. **Territórios extrativo-mineral na Bahia: violações de direitos e conflitos nos territórios terra-abrigo**. 2019. Tese (doutorado em Geografia). Salvador-BA. UFBA. 2019.

BATA, E. J. **Entre estatais e transnacionais, "quantos ais": efeitos espaciais dos Megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique**. 2018. Tese (doutorado em Geografia). UFG. 2018.

BATISTA, Â. F. **Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina América do Sul**. 2013. Dissertação (mestrado em Geografia). UNESP. FCT. Presidente Prudente-SP. 2013.

CASSUNDÉ, J. R. de O. **Territorialização e Resistência de “Camponeses Irrigantes” na Chapada do Apodi - Ceará**. 2018. Dissertação (mestrado em Geografia). UNESP. IPPRI. TerritoriAL. São Paulo-SP. 2018.

CLAUDINO, G. S. **Raízes e constelações do saber geográfico acadêmico brasileiro. O conhecer e o pensar na condição de nervuras.** 2019. Tese (doutorado em Geografia). UNESP. FCT. Programa de pós-graduação em Geografia. Presidente Prudente-SP. 2019.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ENGELS, F.; MARX, K. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1999, Volume II.

ESCOBAR, N. A. **La Naturaleza vida se cuida y se defiende: conflictos por neoextractivismo en ele oriente del departamento de antioquia – Colombia.** 2017. Dissertação. (mestrado em Geografia). Curitiba-PR. UFPR.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FREI, V. V. **No país do mano muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula.** 2017. Tese (doutorado em Geografia). IESA/UFG. Goiânia-GO. 2017.

GONÇALVES, R. J. de A. F. **No horizonte, a exaustão: disputa pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás.** 2016. Tese (doutorado em Geografia). IESA/UFG. Goiânia-GO. 2016.

GUDYNAS, E. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Extractivismo, política y sociedad.** CAAP / CLAES, Quito. 2009. <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasNuevoExtractivismo10Tesis09x2.pdf>. Acesso em 21/06/2020.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

LACOSTE, Y. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 2015.

LENCIONE, S. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **CONFINS.** N° 14, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/7424?lang=pt>. Acesso em 12/06/2020.

MAGNO, L. **Espacialidade e identidade política dos atingidos por mineração no Brasil: teorias, escalas e estratégias.** 2017. Tese (doutorado em Geografia). UFSC. Florianópolis-SC. 2017.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política. Livro II. O processo de circulação do capital.** Boitempo: São Paulo, 2014.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital.** Boitempo: São Paulo, 2013.

MARX, K. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política.** Boitempo: São Paulo, 2011.

MARX, K. **Introdução à crítica da economia política.** São Paulo: expressão popular, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista.** Boitempo: São Paulo, 2017.

MATOS, E. A. de. **Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique.** Tese. 295f. Porto Alegre: IGEO/UFRGS. 2018.

MOREIRA, R. 2007. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

MOSCA, J. **Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete**. Maputo: IESE, 2012.

PALHA, F. P. **Campo e rural idílicos como falácia: minério-dependência, incompletude urbana e injustiça ambiental-hídrica em Brumadinho**. 2019. Tese (doutorado em Geografia). UFMG. Belo Horizonte-MG. 2019.

PEREIRA, L. I. **A tríplice aliança continua sendo um grande êxito: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)**. Tese (doutorado em Geografia). UNESP. FCT. Presidente Prudente-SP. 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA, I. V. F. de. **Geografia da resistência: a atuação das mulheres na construção da territorialidade camponesa no Assentamento Juá, Agrovila Mata Fresca, frente ao projeto de mineração de urânio e fosfato, em Santa Quitéria (CE)**. 2017. Dissertação (mestrado em Geografia). UNESP. IPPRI. TerritoriAL. São Paulo-SP. 2017.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EdUSP, Paulo, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil. Território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, G. V. dos. **Conflitos territoriais no Brasil e o movimento indígena contemporâneo**. Dissertação. (211 fls.). UNESP. IPPRI. TerritoriAL. São Paulo-SP. 2019.

SELEMANE, T. **Questões à volta da mineração em Moçambique – Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundega**. CIP, Maputo, 2010.

SILVA, S. M. **Território pesqueiro de uso comum: Conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú - Goiana/PB-PE**. 2017. Tese (doutorado em Geografia). UFPE. Recife-PE. 2017.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SVAMPA, M. **Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina**. Buenos Aires, Nueva Sociedad n° 244, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S.. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

WANDERLEY, L. J. **Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil**. Versos – Textos para Discussão. PoEMAS. V. 1, n°1. 2017. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Wanderley-2017-Do-Boom-ao-P%C3%B3s-Boom-das-commodities-versos.pdf>. Acesso em: 12/06/2020.

WHITACKER, G. M. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos e questão agrária em Moçambique: a Vale S.A. e o extrativismo epidêmico. **Caderno de Geografia**, v.29, Número Especial 2. PUC. Minas Gerais. 2019a. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20719>. Acesso em 07/05/2020.

WHITACKER, G. M. A dinâmica neoextrativista da Vale S.A. Entre o desenvolvimento sustentável e a acumulação por espoliação. In: FERREIRA, G. H. C. (org.). **Conflitos e convergências da geografia**. Ponta Grossa: Atena, 2019b. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/05/e-book-Conflitos-e-Convergencias-da-Geografia.pdf>. Acesso em 03/05/2020.

WHITACKER, G. M. Pesquisa empírica: narrativa de uma experiência em Moçambique. Revista **entre-lugar**. PPGG. Universidade Federal da Grande Dourados. No prelo.

Sobre os autores

Guilherme Magon Whitacker - Bolsista FAPESP. Pós-doutorando. UNESP / IPPRI / Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe / São Paulo- SP. Doutor e mestre em Geografia. UNESP / Presidente Prudente-SP.

Guilherme dos Santos Claudino - Bolsista FAPESP. Doutorando em Geografia. Mestre, bacharel e licenciado em Geografia. UNESP / Presidente Prudente-SP.

Recebido para avaliação em outubro de 2020

Aceito para publicação em novembro de 2020